

Representações da revolta de fevereiro de 1927 em órgãos de imprensa do Porto e de Lisboa

Daniel Filipe Soares da Silva

Danielsoares033@gmail.com

Resumo

Em 1926, um golpe militar pôs fim à I República portuguesa, tendencialmente demo-crática mas com crises de instabilidade ao longo dos seus dezasseis anos de existência, dando origem à chamada Ditadura Militar, que se prolongou até 1933, data oficial do início do Es-tado Novo. O regime militar ditatorial desde logo se associou à quebra de liberdades demo-cráticas, de que a imposição da censura prévia é exemplo, o que fomentou o surgimento de movimentos oposicionistas, o primeiro dos quais se organizou em inícios de fevereiro de 1927, no Porto e em Lisboa, conhecido como “Revirvalho”, e que culminou numa pesada derrota dos insurgentes, tanto militares como civis. Numa época de sociedade de massas, a imprensa periódica assumia um papel importante na divulgação de informações, assunto que é estudado nesta investigação mediante a análise de três jornais diários do Porto e três de Lisboa, durante um período de dois meses, abordando o tipo de informação disponibilizada, a sua manipulação e consequentes destaques e omissões, o que implica a que se tenha necessariamente em consideração a influência que a consolidação da Ditadura exerceu nos órgãos de comunicação que veicularam estes acontecimentos.

Palavras-chave: Ditadura Militar; oposição; Revirvalho; imprensa periódica.

Abstract

In 1926, because of political and economic difficulties, a military coup occurred in Portugal that put an end to sixteen years of democratic republican experience, giving rise to the so-called Military Dictatorship, which lasted in the country until 1933. Military Dictatorship, since its institutionalization, imposed the breaking of democratic freedoms, such as the imposition of censorship, something which fostered the emergence of oppositionist movements; in this matter, there was the development, from the beginning

of February 1927, in Porto and Lisbon, of an organised movement, known as Revirvalho, which culminated in a heavy defeat of the revolted, militaries and civilians. In an era of mass society, press assumed an important role in the dissemination and conveyance of information. This is worked on the present research, through the consideration of information from three daily newspapers from Porto and three from Lisbon, during a period of two months. We wonder which aspects were more and less available to the population, which forms of omission and silencing, and what possible influences the consolidation of the Dictatorship had on this issue.

Keywords: Military Dictatorship; opposition; Revirvalho; press

Introdução

O tema desta investigação diz respeito à revolta militar do Porto de 3 a 7 de fevereiro de 1927, e às representações do início da resistência republicana na imprensa diária portuense e da capital.

Quanto aos objetivos que nortearam a prossecução da investigação, enumeram-se a definição do que foi o início do chamado Revirvalho, um movimento de contestação à situação política pós-1926, e o esclarecimento das perspetivas e intenções da imprensa periódica, enquanto meio de comunicação de massas.

Há relativamente poucos estudos sobre este tema, quando comparado com a quantidade existente sobre a queda da Monarquia ou a Primeira República e, apesar da revolta se ter iniciado no Porto, não existe qualquer trabalho global sobre a resistência republicana nesta cidade. Há, no entanto, estudos essenciais, como o de Luís Farinha²⁷⁰, que apresenta as condições que propiciaram o fim da Primeira República por um golpe militar e que fomentaram «a constituição do bloco político-militar»²⁷¹ de oposição à ditadura, em associação com considerações sobre os vários acontecimentos e o programa político, permitindo a compreensão da evolução global do movimento até à sua falência.

²⁷⁰ FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

²⁷¹ FARINHA, Luís – *O Revirvalho...*, p. 34.

Outros autores que empreenderam trabalhos importantes sobre este assunto foram Oliveira Marques²⁷², Luís Bigotte Chorão²⁷³ e Irene Flunser Pimentel²⁷⁴. O primeiro analisa fontes que destacam o papel de Sousa Dias, um dos nomes mais proeminentes da oposição à Ditadura, e apresenta elementos que esclarecem o entendimento e perceção que havia, à época, sobre a necessidade da concretização da resistência a um regime como o recém-estabelecido em Portugal. Bigotte Chorão, por seu turno, analisa o modo como o programa que norteou o golpe de 28 de Maio de 1926 ia ao encontro da resolução dos problemas que assolaram o regime político anterior e de modelos de governação antecedentes que colheram alguma popularidade, nomeadamente o de Sidónio Pais, além de relacionar o revestimento da autoridade ditatorial com «a desgraça reviralhista»²⁷⁵, que, na ótica do regime, queria trazer de novo à existência toda a anomia que se verificou até 1926. Este aspeto é reiterado na obra de Flunser Pimentel, que aborda o início do movimento, e que adota uma perspetiva globalizante, com a explicitação dos antecedentes, a caracterização dos intervenientes e a referência às consequências do fracasso do movimento, com o benefício de apresentar ideias divergentes das de Farinha, por exemplo, quanto ao período de aplicabilidade do termo Revirvalho.

Especificamente face à imprensa, o trabalho de Matos e Lemos²⁷⁶ foi fundamental para entender as características das fontes trabalhadas, e que adiante se apresentarão, estudo que é complementado, no que toca à imprensa portuense, com o de Cardoso Gomes²⁷⁷, que descreve as principais características de dois dos periódicos estudados, *O Comércio do Porto* e o *Diário do Porto*, entre o 28 de maio de 1926 e o início do movimento em análise.

²⁷² MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.) – O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926-1931. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

²⁷³ CHORÃO, Luís Bigotte – A Crise da República e a Ditadura Militar. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2010.

²⁷⁴ PIMENTEL, Irene Flunser – História da Oposição à Ditadura, 1926-1974. Porto: Figueirinhas, 2014.

²⁷⁵ CHORÃO, Luís Bigotte – A Crise da República..., p. 344.

²⁷⁶ LEMOS, Mário Matos e – Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.

²⁷⁷ GOMES, Joaquim Cardoso – A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar (1926-1927). In BAPTISTA, C.; SOUSA, J. P. (Org.) – Para uma História do Jornalismo em Portugal. Lisboa: ICNOVA, 2020.

Visando problematizar as repercussões que o movimento insurrecional alcançou na imprensa periódica da época, foram enunciadas várias questões de investigação que a seguir se enunciam. De que modo foram analisados os aspetos relativos ao levantamento militar, e quais os aspetos mais abordados e os mais silenciados? Como se representam os comportamentos e as estratégias dos revoltosos, e como isso se contrapõe à representação da ação das forças pró-governamentais? Em que medida se denota imparcialidade nos diversos periódicos, pese embora as diferenças editoriais e a censura, e quais as eventuais influências da consolidação do regime? Qual foi a importância intrínseca conferida à revolta nos periódicos selecionados?

A seleção das fontes hemerográficas é a seguinte: *O Comércio do Porto*, *O Comércio do Porto – Edição da Tarde*, o *Diário do Porto*, o *Diário de Lisboa*, *A Voz* e *O Século*. O primeiro periódico foi consultado na Biblioteca da FLUP, o *Diário de Lisboa* no sítio eletrónico da Fundação Mário Soares e os restantes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Todos os jornais têm periodicidade diária e três deles são matutinos (*O Comércio do Porto*, *O Século* e *A Voz*), e os restantes vespertinos.

Tanto a edição matutina quanto a vespertina (esta de caráter menos vincadamente político) de *O Comércio do Porto* procuram ir ao encontro dos interesses económicos e comerciais da cidade, e, por conseguinte, da ordem; por seu turno, o *Diário do Porto* evidencia uma feição republicana e de forte oposição ao regime ditatorial, o que explica, por exemplo, o seu iminente encerramento. É importante mencionar que se assumiu como o único dos periódicos a apoiar a revolta. No tocante aos jornais da capital, o *Diário de Lisboa* apresentou-se, numa fase inicial, como «perturbador da ordem pública»²⁷⁸, mas infletiu a sua posição para a defesa da mesma. De qualquer modo, fornece informações sobre todo o país, apesar de especializado no espaço lisboeta, enquanto *O Século* assume-se como um periódico com alcance nacional e a favor da Ditadura, posição que *A Voz* também assume desde o 28 de Maio, numa toada fortemente patriótica.

Foi privilegiada uma metodologia de análise taxonómica por palavras-chave e pequenos resumos, depois inseridos numa base de dados que, para cada periódico, contemplava ainda os campos de número e data da edição do jornal, autor e título do texto, bem como o local e número de páginas que ocupava. Por não serem mutuamente excludentes, as quinze categorias inicialmente criadas foram reduzidas para cinco, devidamente testadas para se aferir da sua operacionalidade. Esta metodologia foi

²⁷⁸ LEMOS, Mário Matos e – *Jornais diários portugueses...*, p. 257.

aplicada às fontes, num arco temporal de dois meses, desde o início do movimento, a 3 de fevereiro de 1927, até 31 de março do mesmo ano.

1. Contextualização e objetivos da revolta militar de 1927

Pode enquadrar-se o tema da investigação na crise geral vivida em Portugal desde finais de Oitocentos, com a crise da Monarquia e um crescimento do Partido Republicano, que apelava à adesão da população ao projeto de mudar os destinos do país, visando uma obra de caráter «nacionalista e regeneradorista»²⁷⁹ para sanar a crise.

Todavia, a República, iniciada em 1910, agravou vários problemas e criou outros, como uma forte repressão ao movimento operário²⁸⁰, uma política radical de laicização que gerou um clima de «guerra religiosa», além de ter apostado na participação de Portugal na Grande Guerra, tida como um atentado ao sentimento nacional, o que levou a um golpe militar que colocou no poder Sidónio Pais, que, durante um ano, governou sob ditadura²⁸¹, uma prova de uma ordem nova que foi ao encontro da «viradeira conservadora e autoritária»²⁸² que marcou os anos seguintes, o que veio a engrossar a instabilidade económica, política e social que pautou o final da experiência liberal. O agravamento das condições de vida foi exponencial e, em abril e em julho de 1925, eclodiram dois movimentos que pretendiam pôr fim à República, desiderato alcançado pelo golpe militar de 28 de maio de 1926, que se insurgia, sobretudo, contra o sistema parlamentar.

A situação, no entanto, não melhorou após o início da Ditadura Militar, o que levou a que se tivesse generalizado o «descontentamento social e político»²⁸³ com várias

²⁷⁹ ROSAS, Fernando – *A Primeira República, 1910-1926: como venceu e porque se perdeu*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018, p. 49.

²⁸⁰ MARQUES, A. H. Oliveira – *O Estado Novo*. In MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*. 5ªed. Lisboa: Palas Editores, 1978, p. 213.

²⁸¹ Pode convencionar-se que o período de governo de Sidónio Pais configura um estágio fundamental na criação da imagem que a Ditadura Militar, a partir de 1926, adotará. A este respeito, consulte-se, por exemplo, SALDANHA, Ana Maria – *O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações*. *Temporalidades – Revista de História*. 10:1 (2018) 34-57, p. 49.

²⁸² CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República...*, p. 225.

²⁸³ PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição...*, p. 51.

tentativas de sublevações que se enquadravam num «bloco claramente antiditatorial»²⁸⁴ que reagia a medidas antidemocráticas, como a imposição da censura aos órgãos de imprensa, estabelecida a 22 de junho de 1926²⁸⁵, e regulamentada em agosto, pelo decreto nº 12.008, que proibia notícias que levassem a «atos atentatórios da integridade e independência da Pátria»²⁸⁶. Em setembro, ocorreu uma tentativa de golpe militar em Chaves, «que foi prontamente reprimida»²⁸⁷.

Ora, perante a deterioração da situação, visível com «a censura, o desemprego e a emigração»²⁸⁸, solidificou-se um amplo movimento de oposição à Ditadura, que foi denominado pela Situação como "Revirvalho", que Farinha situa entre 1927 e 1940, enquanto, na visão de Flunser Pimentel, se prolongou de 1926 até ao pós-Segunda Guerra Mundial, com relevância entre 1927 e 1931, «o ano de todas as revoltas»²⁸⁹, o que deu origem ao “pós-reviralhismo”, termo que descreve a ação deste grupo após a constatação do fim da exequibilidade de uma vitória republicana. Todavia, esta via de oposição não conseguiu uma unidade efetiva, o que dificultou a sua ação e ditou a sua derrota.

O primeiro grande episódio da oposição à recém-instalada Ditadura foi o movimento que se iniciou no Porto, a 3 de fevereiro de 1927, sob a liderança de Sousa Dias e Fernando Freiria, com uma ampla participação do grupo da Seara Nova²⁹⁰. Embora se tivesse procurado que o movimento tivesse génese simultânea em Lisboa, tal não se verificou, o que, por um lado, demonstra as fraturas internas deste bloco e, por outro, o fracasso do movimento; quando estalou a revolta em Lisboa, no dia 7, já estava quase certa a rendição no Porto, o que levou Sarmento Pimentel a classificá-la como a «Revolução do Remorso»²⁹¹. Em termos gerais, o movimento queria retirar Portugal da asfixia da ação governamental, que limitava a escolha de partidos políticos e a expressão livre das opiniões de cada indivíduo, teoricamente em nome dos interesses nacionais, o

²⁸⁴ FARINHA, Luís – O Revirvalho..., p. 31.

²⁸⁵ GOMES, Joaquim Cardoso – A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar..., p. 167.

²⁸⁶ Diário do Governo, Primeira Série, nº 167, 1926-06-22, Decreto nº 12.008, Capítulo 1, p. 906.

²⁸⁷ PIMENTEL, Irene Flunser – História da Oposição..., p. 51.

²⁸⁸ PIMENTEL, Irene Flunser – História da Oposição..., p. 55.

²⁸⁹ FARINHA, Luís – O Revirvalho..., p. 127.

²⁹⁰ FARINHA, Luís – O Revirvalho contra a Ditadura Militar: o 3-7 de fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-1931. In LOFF, Manuel; SIZA, Teresa (Coord.) - Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974), 2010, p. 51.

²⁹¹ PIMENTEL, João Sarmento – Memórias do Capitão. 2ª ed. Porto: Inova, 1974, p. 219.

que, segundo o governo, justificou o golpe de 1926, em contraposição à «ditadura democrática»²⁹². Manifesta-se, igualmente, uma certa assunção de culpa por parte dos republicanos, que queriam redimir-se dos vários erros cometidos anteriormente²⁹³. Os seus manifestos acusavam o aproveitamento do Exército para os desmandos dos vários setores políticos, o que se tornou um *leit motiv* deste movimento.

O fracasso da revolta permitiu que o regime agisse de forma musculada contra as tentativas de sublevação de determinados setores militares e civis; procedeu a numerosas deportações, desde logo dos seus líderes, agravou substancialmente a censura à imprensa e evidenciou a necessidade de uma Ditadura Nacional que federasse as «direitas republicanas e monárquicas»²⁹⁴, que viabilizou a retirada dos elementos revolucionários. Porém, muitos destes revirahistas não desistiram da oposição à Ditadura e constituíram, em julho de 1927, a chamada Liga de Paris, ou Liga de Defesa da República, a qual emitiu as diretrizes que organizaram o movimento até 1931, enquanto notável «frente-guia»²⁹⁵.

2. A revolução do Porto de fevereiro de 1927 nos periódicos em análise – discursos, silêncios e omissões

Um dos aspetos mais relevantes na prossecução da investigação diz respeito às representações dos aspetos referentes ao movimento nos veículos de imprensa, pelo que importa compreender quais é que foram as principais omissões e, também, os aspetos mais noticiados.

Da metodologia aplicada, surgiram cinco categorias, sobre as quais versa este ponto. Desse modo, há uma categoria referente às posições editoriais²⁹⁶, outra referente às consequências do movimento²⁹⁷, outra que vai ao encontro das várias ações

²⁹² ROSAS, Fernando – *A Primeira República...*, p. 145.

²⁹³ PAULO, Heloísa – *História e Memórias: Oitenta Anos do 3 de Fevereiro de 1927*. In PAULO, Heloísa (Coord.) – *Memórias das oposições: (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010, p. 19.

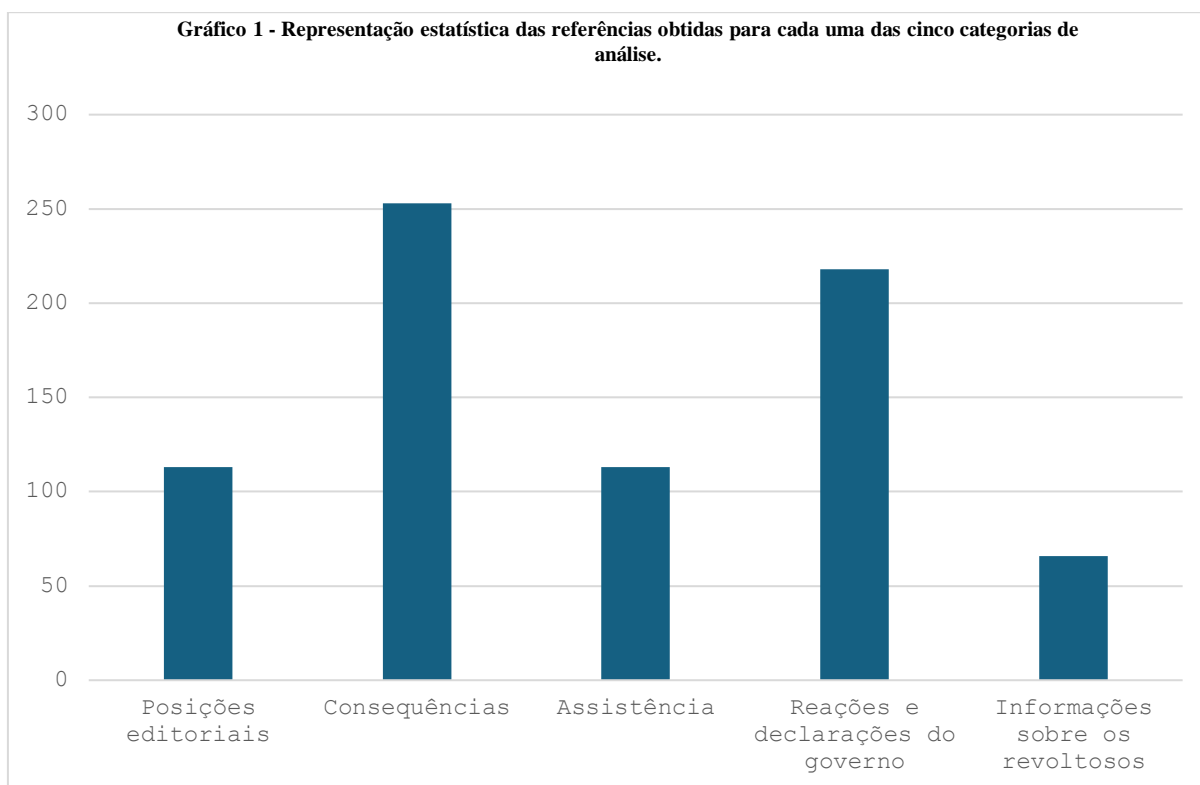
²⁹⁴ CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República...*, p. 356.

²⁹⁵ COSTA, António Pinto da – *A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga de Defesa da República ou Liga de Paris*. *Revista da FCSH*. 5 (1990) 247-274, p. 261.

²⁹⁶ Categoria que materializa as opiniões e posições de cada jornal.

²⁹⁷ Categoria que abrange as consequências (sociais, económicas, etc.) da revolta, incluindo as prisões efetuadas.

assistenciais após a eclosão da revolta²⁹⁸, uma outra que incide nas reações e declarações oficiais do governo²⁹⁹ e, por fim, uma última que vai ao encontro de informações sobre os revoltosos³⁰⁰. Com estas abordagens preliminares, atente-se no gráfico 1, que representa graficamente a frequência das categorias.



Fonte: Compilação a partir da leitura dos periódicos em análise.

Considerando o caráter político da maioria dos periódicos analisados, compreende-se que há uma proeminência desses tópicos na cobertura da revolta, já que interessava criar uma narrativa em que se sobressaía a ação do governo na asfíxia do movimento, insuficiente, contudo, para impedir os males dele decorrentes. Deste modo, há um número notável de posições editoriais que tendem a culpabilizar os revoltosos pelo

²⁹⁸ Categoria que abrange a assistência económica do governo e ações de solidariedade dos grupos sociais.

²⁹⁹ Categoria que contém as declarações do governo, as ações de proibição dos diversos centros políticos e as de aperto de fiscalização do armamento, junto com a reorganização do exército e da polícia.

³⁰⁰ Categoria que abrange as declarações e as informações sobre a libertação dos presos decorrentes da revolta, pois considerou-se mais lógico colocar as prisões na mesma categoria que se reporta às demais consequências que advieram deste evento.

seu interesse em acabar com a estabilidade que reinava no país desde o 28 de Maio, pelo que se exorta o governo a aplicar medidas severas que impossibilitassem o recrudescimento desses atos atentatórios, manifestando-se as posições dos proprietários dos jornais face à política, à economia e à sociedade do país, por exemplo. Um dos exemplos mais fortes encontra-se em «Calma!», em que a equipa técnica do *Diário de Lisboa*, que apela a um senso de nacionalismo, defendia que «o governo [teria] que adotar as medidas necessárias para exterminar o espírito revolucionário»³⁰¹, independentemente dos meios que fossem mobilizados, o que evidencia que os vencedores tinham meios poderosos de sensibilização ao projeto que se queria incutir na população, que padecera com a ação errónea tomada pelos revoltosos. Este assunto é visível, sobretudo, nos jornais da capital, que, em traços gerais, defendiam que não podia haver qualquer complacência para com as «quadrilhas»³⁰² que oprimiram o país durante décadas, pelo que a apologia à ordem é constante nos meses de fevereiro e março, de forma a justificar a ação musculada adotada pela Ditadura. Esta questão levou a que o movimento militar e os seus intervenientes fossem constantemente deslegitimados, o que não podia deixar de ocorrer no arauto das «forças vivas»³⁰³, *O Comércio do Porto*, que, no dia seguinte à derrota em Lisboa, indicou que os vencedores tinham de impor «a disciplina»³⁰⁴, de forma a incutir os princípios da Nação, algo que só seria conseguido mediante uma ação forte. A edição vespertina d' *O Comércio do Porto* é a única que não tem referências notáveis a este respeito.

As consequências do movimento são o assunto mais representado nos periódicos, dada a crescente culpabilização dos revoltosos e, nesse sentido, verificam-se muitas notas respeitantes às prisões derivadas do movimento, tradução de fortes consequências para os que se rebelaram contra a ordem instituída, tal como uma certa arbitrariedade, já que, muitas vezes, essas prisões derivavam de suspeitas infundadas, o que levava à subsequente libertação. Há vários relatos da destruição de edifícios afetados por estilhaços e balas perdidas, algo que leva a que haja um grande destaque à iconografia alusiva, pese embora as consequências materiais surgirem com uma frequência reduzida, quando comparadas com as informações sobre mortes e ferimentos decorrentes do

³⁰¹ Calma! *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1793, 14 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁰² Justiça Inflexível. *O Século* – Lisboa, nº 16140, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁰³ FARINHA, Luís – *O Revirvalho...*, p. 58.

³⁰⁴ O Exército. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 35, 10 de fevereiro de 1927, p. 1.

movimento; destaque-se o caso da morte de Teixeira Lopes, então diretor do *Diário do Porto*, que recebeu relevo, sobretudo, nesse periódico, e as listas indicativas dos nomes dos indivíduos feridos³⁰⁵. A repressão e o decepamento de «todos os centros políticos e associações de classe»³⁰⁶ que tiveram o mínimo papel para a prossecução do levantamento foram igualmente bastante noticiados.

Por outro lado, a assistência é uma categoria que surge com menor incidência, não obstante estar, muitas vezes, implícita nas já aludidas posições editoriais e na descrição do movimento militar. Neste sentido, é interessante considerar que se conferiu maior atenção às ações de solidariedade empreendidas pelos grupos sociais mais proeminentes, encarados como um modelo, muito em parte pelo seu patriotismo, que os incentivava a ajudar todos aqueles que seguissem as normas sociais. Dentro da assistência às vítimas da revolta, sobressaem-se as ações de obtenção de recompensas às telefonistas³⁰⁷, elogiadas por terem permitido, dentro dos possíveis, a normalidade das comunicações entre o Porto e Lisboa, minorando os impactos sociais do movimento, ficando os auxílios económicos do governo, porque reduzidos, a uma posição periférica, nesta categoria.

A partir da metodologia aplicada, a segunda categoria mais proeminente é a das reações e declarações do governo, o que traduz, com efeito, o reforço da Ditadura em inúmeras matérias. Algo que se revela na imprensa é a fiscalização do armamento, de forma a dissuadir eventuais focos de revolta que obrigassem a um ainda maior endurecimento, procurando-se, portanto, limitar as armas ao dispor de civis. Contudo, pela sua pertinência, as agendas políticas da Ditadura sobressaem numa série de discursos e entrevistas aos políticos, realizados sobretudo em março, por exemplo, no *Diário de Lisboa*, que, em 11 e 12 de março, respetivamente, realizou entrevistas a Gomes da Costa, um dos responsáveis pelo 28 de Maio, e a Sinel de Cordes, Ministro das Finanças, cujas declarações são mais pertinentes para o entendimento do objeto, pois apresenta-se o

³⁰⁵ Por exemplo, veja-se Movimento Militar. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 32, 6 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁰⁶ Últimas notícias. Medida preventiva: foram encerradas cerca de vinte agremiações políticas. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1828, 28 de março de 1927, p. 8.

³⁰⁷ Os últimos acontecimentos. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 59, 11 de março de 1927, p. 3, por exemplo.

movimento revolucionário como um grave ferimento à identidade nacional³⁰⁸, exemplo acabado do que era concebido pelo poder vigente como a tentativa de degeneração da Nação, pois ia-se contra um período de crescente enriquecimento, o que traduzia, em fim último, a «crise nacional»³⁰⁹ que vinha do século XIX. Precisamente nesse âmbito, evidenciam-se planos para o futuro nacional, que possibilitariam a manutenção do fomento económico da Nação. Com estas ideias, pode perceber-se que um dos grandes argumentos da Situação para se justificar e, desse modo, deslegitimar a resistência republicana será precisamente o fomento económico que estaria a ser atingido a partir do 28 de Maio contra a crise que marcou o final da Primeira República.

Por fim, a categoria mais silenciada é a das informações sobre os revoltosos, que perderam destaque na imprensa após a derrota do levantamento, só voltando a receber alguma atenção com a libertação de alguns participantes e com o esclarecimento de arbitrariedades em algumas prisões, algo transversal aos meses de fevereiro e de março, mas que, mesmo assim, surge de forma bastante secundária, muito pelas poucas ocorrências. Chama à atenção que, de início, alguns periódicos se mostraram relutantes a publicar os manifestos e as declarações dos militares de fevereiro, em função da sua posição alinhada com a Ditadura, tendo conferido maior ênfase à capitulação do movimento, algo bastante elogiado nas posições editoriais, e aos diálogos e debates em torno disso mesmo³¹⁰. Neste domínio, então, um dos aspetos mais omitidos é a agenda dos revoltosos, que, não obstante surgir, em alguns dos jornais, nos dias de sedição, é automaticamente silenciada com a derrota inequívoca do levantamento, à exceção do *Diário do Porto*, que, durante mais alguns dias, vai continuar a refletir as benesses desta intervenção, encarada como um sinal de que não era justificável um regime ditatorial para o teórico melhoramento da República, além de proceder à identificação dos principais líderes do movimento. Seja como for, personalidades como Jaime Cortesão, Tamagnini Barbosa ou Jaime de Morais tendem a aparecer como meros aderentes à proposta do efetivo líder, Sousa Dias e, neste âmbito, o *Diário do Porto* volta a destacar-se, pois é o

³⁰⁸ A obra do governo – O ministro das Finanças falou-nos hoje do empréstimo, dos tabacos, da dívida de guerra e dos últimos acontecimentos políticos. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1815, 12 de março de 1927, p. 5.

³⁰⁹ Aspetos da Crise Nacional. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1831, 31 de março de 1927, p. 1.

³¹⁰ A revolução no Porto. Como se renderam os revoltosos. *A Voz* – Lisboa, nº 10, 11 de fevereiro de 1927, p. 3.

único a indicar Fernando Freiria como um colíder militar³¹¹. Em geral, este silenciamento ocorria por não convir à população conhecer quem se sublevou e os seus motivos.

Após este périplo, é necessário comentar os géneros jornalísticos mais recorrentes. Já se destacaram as entrevistas e pode acrescentar-se que há recontos e comentários, normalmente críticos, em função dos interesses políticos subjacentes à publicitação da revolta. Existem recorrentes críticas a jornais republicanos, com o exemplo mais acabado a ser o *Diário de Notícias*, jornal lisboeta, demasiado visado pel’ *O Século*³¹². Porém, o género maioritário é a notícia, que abarca vários aspetos, podendo, ainda, referir-se o papel das listagens indicativas, que aparecem frequentemente na cobertura noticiosa. Uma informação relevante diz respeito à ação da censura, que aparecia de forma oculta, uma vez que se evitavam apresentar espaços em branco³¹³, apesar de ser clara a sua ação na alteração dos discursos.

Uma última nota referente às representações do levantamento incide na cobertura feita no Porto e em Lisboa, em que coincide a predominância das abordagens às consequências e às reações governamentais, algo que se dissipa face às posições editoriais, que, no Porto, surgem algo marginalizadas, o que se pode justificar pela natureza da edição vespertina d’ *O Comércio do Porto* e o carácter específico do *Diário do Porto*; por outro lado, a assistência é bastante considerada nos periódicos portuenses, e menos nos lisboetas, o que pode ser justificado, naturalmente, pela região de publicação e pelos respetivos públicos-alvo. Indique-se que, no caso da capital, é dado maior destaque às ações de solidariedade concernentes a essa região. Nos dois casos, as informações sobre os revoltosos são os aspetos mais silenciados.

3. As representações comportamentais dos implicados na revolta

Entendidas as principais representações do levantamento militar, caracterizar-se-ão os implicados no mesmo. O presente ponto, deste modo, desdobra-se em dois tópicos, com o primeiro a reportar-se aos revoltosos e o segundo aos que se posicionaram contra a

³¹¹ A Cidade – Contra a Ditadura. *Diário do Porto* – Porto, nº 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹² Veja-se, por exemplo, Caiu-lhe a máscara. *O Século* – Lisboa, nº 16140, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹³ Um contraexemplo encontra-se em Movimento militar. *O Comércio do Porto – Edição da Tarde* – Porto, nº 31, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

revolta. Distinguir-se-á, em ambos os aspetos, a narrativa do *Diário do Porto* da dos demais jornais.

3.1. As representações dos revoltosos

Os revoltosos são constante e crescentemente demonizados, encarados como culpados por interromperem a obra global de crescimento do país iniciada pela Ditadura, após décadas de retrocesso, muito embora, na ótica de alguns setores, faltasse ainda «velar pela ordem pública»³¹⁴ e trazer os cidadãos para um projeto coeso. Porém, essa atitude traduz-se, de igual modo, nas próprias ações realizadas durante o levantamento, com a acusação de ataques irrefletidos à população civil, incluindo crianças e idosos, o que foi muito vincado numa entrevista feita ao General Carmona por Fernando de Souza, em *A Voz*, em que se caracteriza a ação governamental. Com esta caracterização, percebe-se veladamente o que se entendia como a ação subversiva, que trazia implicitamente «muitas vítimas e muitos danos»³¹⁵ que decorriam unicamente pela vontade extrema de poder dos revoltosos, que eram vistos, nesta linha, como homens pouco ou nada patrióticos, que só queriam voltar aos cargos que tinham antes do 28 de Maio. Nesse mesmo sentido, são apresentados como «mãos inábeis»³¹⁶, uma vez que colocavam os seus interesses particulares em primeiro lugar, e não os do país, algo que é comum a todos quantos pertenciam à «seita democrática»³¹⁷ que caiu com o levantamento de 1926. Toda esta circunstância levou a que remetessem a população a «um novo tributo de sofrimentos»³¹⁸, razão pela qual este movimento, em fim último, assume-se como um corolário da «mentira política»³¹⁹ não erradicada.

Dado que «as feras [saíram] dos seus fojos»³²⁰, para os periódicos, há, sem dúvida, a intenção de inculcar na opinião pública a ideia de que os insurretos tinham o intuito claro de prejudicar a população e a própria governação política, pelo que as destruições e

³¹⁴ Ordem. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 37, 12 de fevereiro de 1927, p.1.

³¹⁵ Os acontecimentos do Porto. As forças fiéis devem ter dominado os revoltosos na madrugada de hoje. *A Voz* – Lisboa, nº 7, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹⁶ O país neste momento deseja ordem. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1792, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹⁷ A Sagrada Constituição. *O Século* – Lisboa, nº 16151, 23 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹⁸ O país neste momento deseja ordem. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1792, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹⁹ Justiça inflexível. *O Século* – Lisboa, nº 16140, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²⁰ Calma! *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1793, 14 de fevereiro de 1927, p. 1.

aspectos análogos já estariam, de algum modo, planeados, o que servia como uma forma de procurar retirar a esperança na melhoria das circunstâncias, algo que perpassa pela constante referência, nos discursos, à desordem, o que é preponderante nos jornais da capital, para lá da sua identificação como «inimigos da liberdade»³²¹, pois obrigavam a um endurecimento da ação do regime, dado que a censura ou a falta de liberdade política eram, por exemplo, vistas como inerentes à situação de disciplinamento do país, pelo que a ação ditatorial era salutar, o que, doravante, mudava, algo que serve para demonstrar que o movimento prejudicou todos os que apoiavam a Nação e o seu engrandecimento, que se veriam, agora, totalmente limitados.

Na caracterização que é feita dos que se levantaram contra o projeto ditatorial, importa mencionar que há indicações que apontam para a participação de comunistas, ou de indivíduos que perfilham os ideais que levaram à Revolução Russa, dentro deste primeiro grande episódio do dito Revirvalho, voltando tal narrativa a estar presente, nos jornais de Lisboa, sobretudo nos mais defensores da Ditadura; assim, logo no dia 6 de fevereiro, antes ainda da eclosão da revolta em Lisboa, Fernando de Souza, numa posição editorial, expressou que não se podia aceitar, em Portugal, «máscaras vermelhas»³²², no sentido em que este era um grande perigo para a subsistência do país, o que remete para a participação dos bolchevistas no movimento, algo corroborado, mais tarde, em *O Século*, que indica expressamente a participação destes indivíduos na revolta³²³. Esta é apresentada como uma manifesta prova da heterogeneidade dos revoltosos, que era bastante reconhecida, por exemplo, novamente em *A Voz*, em que Fernando de Souza indica uma série de indivíduos que esteve ligada a este episódio, desde os «bonzos», os políticos republicanos, aos «anarquistas», passando, ainda, pelos «socialistas» e os «radicais», entre outros³²⁴. Como é de fácil entendimento, estes grupos assumiam-se como claros alvos a mirar pelo governo na sua ação de disciplinamento do país.

Todavia, dentro deste conjunto de periódicos, continua a reconhecer-se valor a alguns dos participantes no movimento, sobretudo ao «Sr. General Sousa Dias»³²⁵, líder

³²¹ Inimigos da liberdade. *O Século* – Lisboa, nº 16143, 15 de fevereiro de 1927, p. 1

³²² A Revolta do Porto. *A Voz* – Lisboa, nº 8, 6 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²³ O Bando. *O Século* – Lisboa, nº 16146, 18 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²⁴ A Lição dos Acontecimentos. *A Voz* – Lisboa, nº 14, 15 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²⁵ Os revoltosos presos no “Infante de Sagres”. *O Século* – Lisboa, nº 16148, 20 de fevereiro de 1927, p. 1.

da revolta no Porto, em função do exercício idóneo das suas atribuições militares nos tempos idos. Com efeito, considera-se que não podia haver ingratidão para com esses patriotas, algo que se extrai sobretudo n’ *O Século*. Os restantes líderes acabam por não ter, sequer, esse valor reconhecido, razão pela qual aparecem como peões num xadrez político. Deste jeito, sobressaem fortes críticas à sua falta de lealdade ao regime.

Como se indicou no início deste ponto 3, é necessário diferenciar a narrativa do *Diário do Porto* da que foi perpetrada pelos restantes jornais, o que se comprova, desde logo, por, na data da eclosão do movimento, o ter apoiado, em função da violação do carácter nacional por uma ditadura, pelo que se elogia a ação dos militares que se levantaram contra algo assim, já que, em fim último, estavam a defender o que a direção do jornal entendia ser o «glorioso prestígio heroico» do Exército, que estava a ser destruído. Este era um dos motivos que levava o periódico a condenar a indefensável ditadura³²⁶, que não tinha nenhuma raiz num país tradicionalmente democrático. O *Diário* teve a sua publicação proibida, por desrespeito das normas da censura, entre os dias 3 a 8 de fevereiro³²⁷, o que coincidiu com o movimento, tendo sido a retoma da publicação protelada para 14 de fevereiro, também pela morte do seu diretor, Teixeira Lopes, em decorrência do movimento, como já foi destacado. Após o apoio dado à revolta, o governo apertou ainda mais a censura perante o jornal, o que não impediu a manutenção de elogios aos revoltosos, apesar de uma forma mais velada. Deste modo, em diversas circunstâncias, denota-se a posição deste periódico. Por exemplo, indica-se expressamente que é errado taxar os militares que se insurrecionaram como antipatrióticos, pois foram homens que participaram na Primeira Guerra Mundial, que, por mais desastrosa que tenha sido, só não o foi mais pela ação de militares capazes que, em 1916-1918, como em 1927, queriam o melhor para o país, pelo que eram «homens de carácter e de brio», que só procuravam a retoma de uma política «constitucionalista»³²⁸, que acreditavam ser a melhor forma de valorizar o povo e de o colocar ao corrente da sua gestão, em vez de concentrar as decisões na esfera governativa, devendo, portanto, ser tratados com reverência pelas razões apresentadas. Tem-se também uma forte crítica à

³²⁶ Pela Constituição – Contra a Ditadura. República. *Diário do Porto* – Porto, nº 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²⁷ GOMES, Joaquim Cardoso – *A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar...*, p. 173.

³²⁸ As três expressões são retiradas de O momento. *Diário do Porto* – Porto, nº 34, 16 de fevereiro de 1927, p. 1.

culpabilização de que eram vítimas, que era apenas uma vingança sem sentido por parte dos militares no poder, que manifestavam, assim, o seu ressentimento.

No *Diário do Porto*, acerca de Sousa Dias, apresentam-se dados interessantes pela defesa intransigente do seu patriotismo e valor; com efeito, numa entrevista que foi realizada quando o general já estava detido, criticam-se os que consideram que houve conivência do general para com o 19 de Outubro de 1921, uma referência à Noite Sangrenta, uma sublevação contra o governo de pendor conservador então no poder e que culminou no assassinato de vários políticos republicanos³²⁹, algo que, para o jornal, não faz sentido, até porque, em 1926, este defendeu, até onde conseguiu, o regime republicano então vigente. Esse patriotismo e esse gosto em ser serviente à população civil levou-o a que, mesmo «gravemente doente»³³⁰, defendesse até ao fim o Porto, em particular, algo que, inclusivamente, se manifestou no levantamento. O *Diário*, deste modo, procurou ao máximo contrariar a narrativa geral que se promoveu da culpabilização unívoca dos insurretos e do seu líder.

3.2. As representações dos opositores à revolta

Após a exposição das representações dos revoltosos, deve refletir-se sobre os grupos que se vincaram contra a revolta, compreendendo como é que se representou essa ação na imprensa. O patriotismo, materializado no apoio dado ao regime, caracterizava o governo e incentivava-o a realizar sacrifícios para valorizar o país e com o intuito de resolver a tentativa irrefletida de levantamento militar, que queria terminar com os «oito meses de relativa paz»³³¹ que fomentaram uma certa inversão da debilidade de Portugal. Entendem-se os ditadores como os únicos que podiam mobilizar todos os portugueses para uma obra multifacetada, que ia da reorganização económica à própria reconstituição dos valores morais que deveriam ser a base do povo, algo que passaria por uma «obra política, económica, financeira, moral e social»³³². Nesse sentido, faz-se uma apologia à missão civilizadora que o país tinha de atingir, algo que é cultivado pelo *Diário de Lisboa*, em particular, apesar de os apelos para a valorização da grandeza do país virem de todos

³²⁹ Veja-se PINTO, Ana Catarina – A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926). A Esquerda Republicana e o Bloco Central. Lisboa: Caleidoscópio, 2011, p. 47.

³³⁰ As duas citações encontram-se em De Sagres. Entrevista – O que nos diz o General Sr. Sousa Dias a propósito do 19 de outubro. *Diário do Porto* – Porto, nº 33, 15 de fevereiro de 1927, p. 5.

³³¹ Após a luta. *A Voz* – Lisboa, nº 10, 11 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³² Pela Pátria! *O Comércio do Porto* – Porto, nº 33, 8 de fevereiro de 1927, p. 1.

os jornais. Nesta ordem de ideias, entendia-se a vitória do governo como providencial, pois, de facto, só assim se recolocaria Portugal no grupo das principais nações, já que tinha todas as condições para isso acontecer. Porém, acrescente-se que também era essencial o fomento das colónias, nas quais se devia investir mais.

É claro o providencialismo apontado aos opositores à revolta, materializado no que se considera ser a «cruzada salvadora»³³³, para a qual foi essencial a atitude ponderada e refletida dos militares do governo, que impediram mais danos, o que lhes conferia a autoridade de punir exemplarmente os que se revoltaram, mediante uma «justiça inflexível»³³⁴ que levaria, ou deveria levar, ao término do «espírito revolucionário» e dos «ódios»³³⁵. Então, nestas representações dos elementos favoráveis ao governo, surge como aspeto saliente a capacidade de aplicação da justiça, independentemente das considerações pessoais, já que o mais importante era o bem-estar da população, que estava farta de querelas e de crise. Por esse motivo, há bastantes elogios à ação refletida dos mecanismos oficiais, no sentido em que pensaram na população civil ao optarem por um cerco aos revoltosos, em detrimento do ataque militar direto, no que resultaria ainda mais feridos e mortos, ação que é valorizada desde o início do movimento, como se extrai da entrevista de Fernando de Souza a Óscar Carmona, Presidente da República, em que as próprias questões, totalmente enviesadas, conduzem a essa mesma perspetiva³³⁶, algo igualmente visível n’ *O Comércio do Porto* e nas várias descrições de passeios pelo Porto³³⁷.

Uma última nota sobre as representações do governo, neste seguimento, respeita à necessidade da Ditadura como controlo contra os ânimos exaltados daqueles que, em tempos, mandaram sem ter em atenção os interesses nacionais. Assim, a Ditadura servia provisoriamente até quando «o País necessitar da sua ação»³³⁸, o que era uma outra forma de deslegitimar a sublevação, que impedia essa ação, o que tem impacto na visão da

³³³ O país neste momento deseja ordem. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1792, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³⁴ Justiça inflexível. *O Século* – Lisboa, nº 16140, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³⁵ Calma! *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1793, 14 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³⁶ Os acontecimentos do Porto. *A Voz* – Lisboa, nº 7, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³⁷ Esta atitude foi constante ao longo dos dias do movimento e nos dias imediatos à vitória governamental.

³³⁸ Os acontecimentos do Porto. *A Voz* – Lisboa, nº 7, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

imprensa que é perpassada. Mais ainda, apesar desta vitória, entendia-se que se devia continuar a velar, de forma vincada, pela ‘ordem’³³⁹, de forma a dissuadir mal-intencionados de quaisquer formas de revolta contra a Situação.

No *Diário do Porto*, as considerações feitas são necessariamente diferentes, já que se entendia que «ditaduras e ditadores» não eram passíveis de coexistir com uma tão grande Pátria³⁴⁰, independentemente de estes pertencerem à enorme instituição que era o Exército. Ora, com a censura decretada ao jornal após a proibição de publicação, agravada com o fracasso do movimento, o discurso amenizou, pois, se é verdade que se elogia a ação célere do governo, em função da premência que o país tinha de funcionar de forma equilibrada³⁴¹, não se deixa de criticar o Executivo por protelar decisões que eram prementes. Assim, o jornal é bastante crítico e reprova o facto de o governo não se ter dito «uma palavra sequer» sobre «os desgraçados que estão sem os seus haveres»³⁴², algo que se agravou com esta revolta, uma prova inequívoca de que se mantém uma posição, pelo menos, de desconfiança face ao governo. Todavia, tal ação não implicou críticas contundentes aos insurretos e, sobretudo, a inexistência de elogios vincados ao governo ditatorial e à sua obra, o que surpreende, pois, com efeito, indica-se que, exceto «um ou outro ponto da ação governamental», a ação de conjunto da Ditadura é merecedora dos «melhores aplausos»³⁴³ do jornal. Inclusive, há elogios à manutenção do governador civil do Porto, que pedira a demissão após a revolta, já que não fora culpado da eclosão do movimento e porque fizera aquilo que lhe era pedido. Como prova da tentativa de silenciamento, os discursos que o *Diário* apresenta passam a ser algo moderados em função da censura mais apertada que é exercida pela Ditadura, algo muito visível nas entrevistas realizadas; como bom exemplo, tem-se uma entrevista ao diretor-adjunto da polícia de investigação do Porto, Dr. Santos Carneiro, em que este demonstra que será feita uma grande repressão aos que se uniram ao movimento, e chama à atenção que as questões realizadas pelo jornalista, apesar de forma indireta, passam a procurar

³³⁹ Ordem. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 37, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴⁰ Pela Constituição – Contra a Ditadura. República. *Diário do Porto* – Porto, nº 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴¹ O momento. *Diário do Porto* – Porto, nº 34, 16 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴² A Cidade. Defendendo os humildes. *Diário do Porto*, nº 34, 16 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴³ O momento. *Diário do Porto* – Porto, nº 34, 16 de fevereiro de 1927, p. 1.

demonstrar alguma concordância para com o regime ditatorial³⁴⁴, o que também pode ser explicado pela posição mais neutral que o diretor, José de Miranda, procurou empregar, talvez para evitar o destino do *Diário*, a suspensão da sua publicação³⁴⁵.

4. Um olhar pelos órgãos de imprensa: a consolidação da Ditadura e a importância da revolução

Após este percurso, importa perspetivar como é que a Ditadura se consolidou nos órgãos de imprensa, o que decalca o ponto 3.2, pelo que será apresentado sinteticamente, e qual foi a importância que os vários noticiosos atribuíram à insurreição de fevereiro.

A partir da relação proposta por Bigotte Chorão entre a derrota do levantamento e a consolidação do regime, analisou-se que o discurso da imprensa sobre o regime era laudatório, o que leva a que se exorte a realização de várias reformas, o que é preponderante a partir de finais de fevereiro; assumia-se, por conseguinte, que o governo ditatorial devia levar a cabo o seu papel de «intérprete fiel do movimento do 28 de Maio»³⁴⁶, o que faria com que resolvesse os problemas estruturais de que padecia Portugal, já que se assumia como o único ator capaz disso.

Deste modo, após a acalmia dos ânimos, os vários periódicos recorrem a entrevistas e a declarações oficiais que enaltecem a necessidade da sujeição do povo ao projeto delineado. É paradigmático atentar que se repercute uma entrevista de Gomes da Costa, publicada a 8 de fevereiro, num periódico açoriano, podendo-se referir que o artigo do *Diário de Lisboa*³⁴⁷ é totalmente copiado pela edição vespertina d' *O Comércio do Porto*³⁴⁸, em que se salienta a ideia fundamental da ação fundamentada da Ditadura em se espalhar por todo o território. Como se pode perceber, esta é uma manifestação de uma efervescência partilhada pelos vários órgãos.

³⁴⁴ Do Porto. E agora... *Diário do Porto*, Porto, nº 35, 17 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴⁵ GOMES, Joaquim Cardoso – *A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar...*, pp. 173; 176.

³⁴⁶ «A Ditadura não chegou ainda a todas as terras portuguesas». *A Voz* – Lisboa, nº 31, 5 de março de 1927, p. 3.

³⁴⁷ Os exilados – O marechal Gomes da Costa falando dos últimos acontecimentos políticos fez várias declarações e recordou Fontenoy. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1814, 11 de março de 1927, p. 1.

³⁴⁸ O snr. Marechal Gomes da Costa fala dos últimos acontecimentos políticos. *O Comércio do Porto – Edição da Tarde*, Porto, nº 64, 18 de março de 1927, p. 4.

Como se consegue entender, a comunicação social queria enfatizar a necessidade da Ditadura para o bem-estar da Nação, pelo que importa considerar qual foi a importância atribuída, pelos jornais, à revolta. De forma a facilitar a exposição, dividiu-se a estrutura noticiosa em dois períodos; nesse sentido, há uma primeira fase da divulgação até à eclosão da greve académica pró-Ditadura, em 18 de fevereiro de 1927, e, sobretudo, até ao Carnaval, na transição de fevereiro para março, que marca uma mudança da estrutura informativo-noticiosa, já que a greve foi perspectivada como uma forma, na imprensa, de mobilizar a população para que se sujeitasse ao regime. Nesta primeira etapa de divulgação noticiosa, é interessante a análise da iconografia, no sentido em que, se nas fotos do movimento militar, se apresentam os espaços vazios e sem qualquer adesão civil, até pelo próprio perigo que subsistia, nas fotos da greve académica, apresentam-se os espaços repletos de indivíduos que se manifestam a favor do governo ditatorial³⁴⁹, o que traz a mensagem de que o povo se tinha de unir à Ditadura. Por outro lado, apartado de considerações ideológicas, o Carnaval surge como uma forma de alívio dos espíritos, após dias de angústia generalizada, o que marca uma alteração das prioridades da imprensa.

Tendo em consideração estes tópicos, na primeira fase, privilegiam-se notícias abrangentes, que tendem a ocupar mais do que duas páginas, em jornais que têm entre quatro e oito páginas, no total, sendo indicados, sob títulos como «A Revolta do Porto»³⁵⁰ e «A revolução no Porto»³⁵¹, aspetos amplos, como prisões, declarações dos dois grupos, grandes listas indicativas de feridos, mortos, listas de armamento encontrado, as ações de solidariedade, entre outros, pelo que se privilegia um pendor descritivo e informativo. Há uma grande importância da iconografia alusiva, em particular, aos efeitos nefastos do levantamento e à ação dos elementos do governo em reuniões e deslocações.

Face à sugerida segunda fase da estrutura noticiosa do movimento, a partir do Carnaval, tem-se uma diminuição notável das informações, em que se passam a considerar apenas os casos de prisões, ações de solidariedade, recolha de donativos, o encontro de armamento, etc. Nesta fase, reúne-se, como corolário do que se iniciou com a greve académica, maior atenção para novos eventos, como a primeira travessia noturna

³⁴⁹ A manifestação dos estudantes do governo. *O Comércio do Porto* – Porto, n° 43, 19 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁵⁰ Título frequentemente empregue no *Diário de Lisboa*.

³⁵¹ Título frequentemente empregue n° *O Século*.

do Atlântico Sul, com o hidroavião Argos, ocorrida no início de março, o que encerra um forte caráter patriótico e de enaltecimento da Nação, o que resultou numa secundarização da insurreição, pelo que, de um pendor descritivo, se passa para algo totalmente informativo, o que se consubstancia com a apresentação, praticamente em exclusivo, de listas sobre os aspetos anteriormente mencionados. Nesta altura, também surgem certas notas dispersas sobre a extinção de organizações políticas³⁵², por exemplo, e percebe-se um encerramento da narrativa que está a ser construída, já que se denota um foco nos aspetos considerados essenciais para a população, que era incentivada a esquecer os acontecimentos ocorridos. Mais ainda, com o sossego generalizado do país, começam a realizar-se mais entrevistas a figuras políticas, em que se mantém o tom de intransigência «contra todos quantos tenham contribuído [...] para a revolução»³⁵³. Uma vez que, a partir da segunda quinzena de março, as consequências do movimento tornaram-se mais diminutas, deixam de aparecer diariamente informações, o que coexiste com a perda de destaque atribuída a esta insurreição.

Com este panorama traçado, é útil analisar, periódico a periódico, de forma breve, qual foi a importância atribuída a este episódio, de forma a se conseguir extrair a importância geral atribuída ao movimento militar. No que diz respeito aos periódicos do Porto, *O Comércio do Porto* apresentou alguma consistência, já que, mesmo com a quebra da divulgação de informações deste episódio, não deixou de revelar aspetos do movimento, à exceção de dois dias, o que não se verifica na sua edição vespertina, em que há uma falta de notícias diárias acerca do movimento, a partir desta altura, o que é exatamente igual ao que ocorre no *Diário do Porto*, cuja censura impede o jornal, ao que muitas vezes parece, de defender posições encaradas como incómodas. Já nos periódicos de Lisboa, o *Diário de Lisboa* é o que, no geral, mais começa a ignorar a sublevação, algo que se assume como estranho, em função da sua posição pró-regime, tal como *O Século*,

³⁵² A notícia mais explícita sobre este aspeto, em função da entrevista ao responsável pela Polícia Administrativa, em que se apresentam claramente os intuítos do Executivo, é Medida preventiva – Foram encerradas cerca de vinte agremiações políticas. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1828, 28 de março de 1927, p. 8.

³⁵³ A obra do governo – O ministro das Finanças falou-nos hoje do empréstimo, dos tabacos, da dívida de guerra e dos últimos acontecimentos políticos. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1815, 12 de março de 1927, p. 5.

que também começa a deixar de ser consistente na publicação diária de informações; por fim, isto não se verifica em *A Voz*, que repete a estrutura d’ *O Comércio*.

Pode afirmar-se que o movimento nunca existiu *per se*, mas sempre com o intuito muito claro de justificar e legalizar, perante a opinião pública, a Ditadura e os seus amplos projetos, pelo que estes acontecimentos se assumem como uma ferramenta de consolidação da Ditadura, o que perpassa ao longo dos meses de fevereiro e março e, também, nos meses seguintes.

Considerações finais

Importa mencionar as principais conclusões advindas da investigação; ora, em relação ao primeiro objetivo, compreendeu-se que os aspetos mais representados foram as consequências advindas do movimento, que foram agravadas com a sua falência, as reações e declarações oficiais do governo vitorioso, as posições editoriais dos diversos periódicos – em que se sobressai *O Comércio do Porto – Edição da Tarde* como um contraexemplo –, a assistência à população civil e, com o menor destaque, todos os dados referentes aos insurretos. Seguidamente a esta exposição, abordaram-se as representações na imprensa dos intervenientes no movimento, tanto os que efetivamente se revoltaram contra a ordem estabelecida após o 28 de Maio, como os que estavam do lado do poder oficial. O *Diário do Porto* distingue-se dos restantes periódicos, em função do apoio materializado a esta causa. A seguir, no périplo traçado, considerou-se a consolidação do projeto ditatorial nos órgãos de imprensa que foram trabalhados e, por último, procurou explicar-se qual foi, em termos concretos, a importância que foi conferida ao levantamento.

De forma geral, pode afirmar-se que, com foco na imprensa diária das duas principais cidades do país, a investigação apurou unanimismo em cinco jornais, sendo apenas dissonante o *Diário do Porto*, que foi fortemente penalizado. Mais ainda, apurou-se uma maior efervescência nos periódicos da capital, o que se pode explicar pela maior ação da Situação, com grande relevo em *A Voz* e n’ *O Século*.

As conclusões da investigação consubstanciam o estado de arte, não obstante eixos de análise distintos. Os trabalhos de Luís Farinha e Luís Bigotte Chorão foram essenciais para a prossecução da investigação, pela enunciação das condições que

levaram à apropriação da iniciativa e, posteriormente, do seu fracasso pelo projeto ditatorial, tal como o capítulo de Joaquim Cardoso Gomes, que considera dois dos periódicos trabalhados, *O Comércio do Porto* e o *Diário do Porto*, precisamente até ao início do movimento, em fevereiro, em que se consolida a sua perspetiva, respetivamente, sobre a defesa dos interesses das forças vivas e a manifestação contra o governo ditatorial, o que é alargado com o dicionário da imprensa diária de Mário Matos e Lemos, face ao qual também existe uma convergência com as informações nele veiculadas. Por sua vez, a obra de Flunser Pimentel foi consubstanciada pelas abordagens, na imprensa, a algumas das personalidades que a autora em causa aborda com algum destaque, como Sinel de Cordes.

A partir destas breves ideias sobre o estado da arte, podem apresentar-se alguns pontos sobre a investigação, cujas principais originalidades são a exploração da imprensa face ao que se constituiu como o início da resistência republicana, que tende a ficar algo relegada para segundo plano no que diz respeito ao estudo das oposições ao regime ditatorial, e a análise conjunta de um leque de jornais que, globalmente, não pareceriam compatíveis, enquanto, como principal debilidade, tem-se um período de trabalho bastante reduzido, o que impediu inferências mais abrangentes sobre os objetivos que foram traçados.

Como sugestões para trabalhos ulteriores, tem-se a necessidade de alargamento do período de análise, tanto face ao levantamento de 1927, tanto aos subsequentes, como o de 1928, os de 1931, ou o de 1933, na imprensa, que pode ser analisada sob prismas geográficos distintos – de facto, poderá ser um exercício interessante comparar as perspetivas que se extraem, no litoral, sobre este bloco de oposição, e o que se verifica no interior. Associado a isto, falta um estudo global sobre o que foi a resistência republicana no Norte do país, em que se podia salientar uma eventual importância do Porto enquanto “berço” do Revirinho, e que se assume tão mais importante quanto se pensa na proximidade da fronteira com Espanha, que foi essencial na organização das redes da oposição. Também é relevante trabalhar as especificidades do *Diário do Porto*, que nunca acedeu aos princípios do 28 de Maio e da Ditadura, pelo que é pertinente compreender quais foram as suas críticas perante a sucessão de golpes ocorridos no período inicial da Ditadura Militar, e o agravamento das condições económicas, em que são relevantes os impactos da revolta de setembro de 1926 e dos últimos meses da sua publicação,

terminada em julho de 1927, pela censura e o controlo excessivos do governo, apesar de virem a existir edições anuais³⁵⁴ até 1935.

Lista de fontes primárias

A Voz, Lisboa, fevereiro e março de 1927.

Diário de Lisboa, Lisboa, fevereiro e março de 1927.

Diário do Porto, Porto, fevereiro e março de 1927.

O Comércio do Porto, Porto, fevereiro e março de 1927.

O Comércio do Porto – Edição da Tarde, Porto, fevereiro e março de 1927.

O Século, Lisboa, fevereiro e março de 1927.

Lista de bibliografia citada

CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2010. ISBN 978-989-644-597-3.

COSTA, António Luís Pinto da – *A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga de Defesa da República ou Liga de Paris*. *Revista da FCSH* [Em linha]. 5 (1990) 247-274. [Consult. 15 set. 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/6691>. s/ ISSN.

FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998. 328 p. (Histórias de Portugal). ISBN 972-33-1385-5.

FARINHA, Luís – *O Revirvalho contra a Ditadura Militar: o 3-7 de fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-1931*. In LOFF, Manuel; SIZA, Teresa (Coord.) – *Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)*. S.l.: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010. ISBN 978-972-27-1836-3. p. 48-61.

³⁵⁴ LEMOS, Mário Matos e – *Jornais diários portugueses...*, p. 290.

GOMES, Joaquim Cardoso – A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar (1926-1927). In BAPTISTA, C.; SOUSA, J.P. (Org.) – *Para uma História do Jornalismo em Portugal*. [Em Linha]. Lisboa: ICNOVA, 2020. [Consult. 16 set. 2022]. Disponível na Internet em

https://www.academia.edu/43097333/A_IMPrensa_DI%C3%81RIA_DO_PORTO_NA_DITADURA_MILITAR_1926_1927. ISBN: 978-989-54285-9-5.

LEMOS, Mário Matos e – *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora, 2006. ISBN 972-8838-35-2.

MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.) – *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926-1931*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

MARQUES, A. H. Oliveira – *O Estado Novo*. In MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*. 5ªed. Lisboa: Palas Editores, 1978. s/ISBN. Vol. II, p. 291-358.

PAULO, Heloísa – *Uma memória dos opositores sobre o regime e sobre a oposição*. In PAULO, Heloísa; TORGAL, Luís Reis (Coord.) – *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 978-989-8074-53-9. p. 377-387.

PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014. ISBN 978-972-661-226-6.

PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*. 2ª ed. Porto: Inova, 1974.

PINTO, Ana Catarina – *A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926). A Esquerda Republicana e o Bloco radical*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011. ISBN 978-989-658-124-4.

ROSAS, Fernando (Coord.) – *O Estado Novo*. In MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. ISBN 972-42-0916-4. Vol. 7.

ROSAS, Fernando – *A Primeira República, 1910-1926: como venceu e porque se perdeu*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018. ISBN 978-972-25-3676-9.

SALDANHA, Ana Maria – *O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações*. *Temporalidades – Revista de História*. 10:1 (2018) 34-57. [Consult. 9 ago. 2024]. Disponível em

SILVA, Daniel Filipe Soares, — “Representações da revolta de fevereiro de 1927 em órgãos de imprensa do Porto e de Lisboa”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 121-145

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/download/6094/pdf/>. ISSN

1984-6150.